

A dura realidade

Conquanto o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, afaste a hipótese da hiperinflação até a posse do futuro presidente da República, há sinais de crescimento anormal de preços em vários espaços da produção e da comercialização. As câmaras setoriais criadas para examinar as planilhas de custos, a fim de decidir sobre realinhamento de preços, parecem não ter controle algum sobre manobras especulativas. E tem sido por essa via que se registram verdadeiras expropriações das rendas salariais, com o comprometimento das receitas domésticas para atender aos custos superestimados de alimentos básicos, vestuário, locação residencial e medicamentos.

Sabe-se, há muito, que a inflação brasileira não se nutre apenas dos desvios estruturais da economia, de natureza crônica, e dos abusos na manipulação das finanças públicas. Além do fator inercial, que se manifesta na atualização dos preços com base na estimativa futura do incremento inflacionário, a ganância por lucros fáceis empurra adiante os processos especulativos. Portanto, qualquer estratégia de reorganização do sistema para estabilizar os valores em curso na economia estará condenada ao fracasso se ignorar o contributo da especulação para a desordem nos mercados.

Tem razão o ministro da Fazenda quando transfere à próxima gestão governamental a responsabilidade pela adoção de uma reforma estrutural capaz de restabelecer a normalidade econômica. Em vertiginoso processo de declínio político e com sua credibilidade abalada pelo fracasso sucessivo de diversos planos de estabilização, o atual governo não reúne mínimas condições para exercer programas articulados, heróicos, para deter a escalada dos preços.

Contudo, permanece apto a aplicar a legislação em vigor contra os especuladores. Lucros excessivos, sem correspondência alguma com o valor dos capitais investidos, configuram a hipótese de enriquecimento ilícito e, no mínimo, crime contra a economia popular. Ações vigilantes sobre remarcações extorsivas seguramente contribuirão

para retirar da composição inflacionária pelo menos o indutor especulativo, de significativa expressão no incremento de preços.

Quanto a uma nova política de estabilização, que o ministro Maílson remete, acertadamente, à competência do novo governo, será necessário pôr em destaque diversas preliminares. As distorções estruturais da economia brasileira se apresentam sob uma miríade de formas, umas em concorrência com outras, para compor um quadro geral caótico.

Um exame circunstancial revela de imediato a existência de estruturas cartelizadas em importantes espaços da produção, inclusive nos setores básicos da economia. Cimento, veículos pesados, material ferroviário são alguns exemplos de estratos produtivos organizados em cartel, para não relacionar o mais extensivo de todos, o dos veículos automotores. São setores que ditam os preços à distância das relações econômicas engendradas pelo livre jogo das economias de mercado, mas segundo as vantagens proporcionadas por situações mercadológicas de natureza carencial. O cartel é, sem dúvida, obstáculo intransponível à regulamentação do sistema de preços, do mesmo modo que as reservas de mercado, outra grave distorção da economia brasileira.

A contribuição mais significativa à desorganização econômica, com reflexos dominantes sobre o processo inflacionário, é oferecida pelos incentivos fiscais, subsídios, isenções de contribuições parafiscais, alocação prioritária de financiamentos e inumeráveis outros privilégios. Os destinatários dessas benesses se organizam, assim, em verdadeiros cartórios, estipendiados com recursos que, escassos no Tesouro, procedem em sua maior parte de emissões ou saques sobre a poupança privada, de qualquer modo de efeito inflacionário devastador. À semelhança **panamá** juntam-se os gastos descontrolados das empresas estatais. É com essa realidade, não com as ilusões vendidas na televisão, que o futuro presidente da República terá de lidar.